

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Petição Nº 164/XIV/2.a

ASSUNTO: Psicólogos nos agrupamentos.

Entrada na AR: 27 de novembro de 2020

Nº de assinaturas: 6

1º Peticionário: Tiago Manuel Castro Santos



Introdução

A <u>Petição Nº 164/XIV/2.ª</u> deu entrada na Assembleia da República em 27 de novembro de 2020. No dia 15 de dezembro, por despacho do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, esta petição baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

I. A petição

- 1. O peticionário solicita que haja um psicólogo por agrupamento e facilidade de os diretores de turma recomendarem os alunos que necessitam desta ajuda, alertando para o fato que muitos destes sofrem de problemas psicológicos e as escolas não têm psicólogos suficientes para prestar o apoio necessário.
- 2. Fundamentam a petição com os seguintes argumentos:
 - 2.1. Atenta a pandemia, ficou mais evidente que muitos alunos têm algum problema psicológico, seja por problemas em casa, quer na escola. A não existência de psicólogo na escola pública resulta num agravamento dos problemas psicológicos dos alunos por falta de acompanhamento.

Assim, o peticionário, solicita a existência de um psicólogo por agrupamento de escolas a fim de acompanhar os alunos que o necessitem.

II. Enquadramento

- 1. O objeto da petição está especificado e o texto é inteligível, encontrando-se identificado o subscritor, estando também presentes os demais requisitos formais estabelecidos no artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição/LEDP, Lei nº 43/90, de 10 de agosto, alterada e republicada pela <u>Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro</u>.
- 2. Entende-se ainda que não se verificam razões para o indeferimento liminar da petição, nos termos do artigo 12.º da LEDP pretensão ilegal; visar a reapreciação de decisões dos tribunais, ou de atos administrativos insuscetíveis de recurso; visar a reapreciação de casos já anteriormente apreciados na sequência do exercício do direito de petição, salvo se forem invocados ou tiverem ocorrido novos elementos de apreciação; apresentada a coberto do anonimato e sem possibilidade de identificação das pessoas de que provém; carecer de qualquer fundamento.
- **3.** Consultada a base de dados da atividade parlamentar, foram localizadas as seguintes iniciativas sobre a mesma matéria:



a. <u>Projeto de Resolução n.º 1009/XIII/2.ª</u> - Recomenda ao Governo que garanta a presença permanente de psicólogos nos Agrupamentos de Escolas de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

Consultada a base de dados da atividade parlamentar, não foram localizadas petições sobre a mesma matéria.

- 4. Em 2016 a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) elaborou o estudo <u>A Intervenção das/os Psicólogas/os no Contexto Educativo</u> apresentando um conjunto de prioridades que entende deverem guiar o enquadramento político e estratégico da intervenção psicológica e do papel das/os Psicólogas/os no contexto educativo português.
- 5. O Referencial Técnico para os Psicólogos Escolares realça a necessidade de um conjunto diversificado de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, intervindo a nível psicológico e psicopedagógico ao longo do percurso escolar. Engloba a intervenção direta com os alunos mas, sobretudo, o trabalho colaborativo com educadores e professores na organização de medidas e respostas educativas diferenciadas.
- **6.** A <u>Lei de Bases do Sistema Educativo</u>, no seu <u>Artigo 29.º Apoio psicológico e orientação escolar e profissional</u>, escreve que o apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia o orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.
- 7. O Referencial Escolas Controlo da Transmissão de COVID-19 em Contexto Escolar da Direção-Geral da Saúde define as regras aplicáveis as estabelecimentos de ensino.
- 8. A matéria objeto da petição insere-se em primeira linha no âmbito das competências do Governo e do Ministro da Educação em particular, ao abrigo do disposto no artigo 25.º da Lei de organização e funcionamento do Governo. No entanto, "compete à Assembleia da República, no exercício de funções de fiscalização, vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração".

III. Proposta de tramitação

- 1. Face ao enquadramento exposto, propõe-se a admissão da petição.
- 2. Admitida a petição, e uma vez que esta se encontra subscrita por 6 peticionários:
 - 2.1. Não é obrigatória a nomeação de deputado relator (n.º 5 do artigo 17.º da LEDP);
 - 2.2. Caso não seja nomeado deputado relator, o processo de apreciação da petição fica concluído com a aprovação da nota de admissibilidade (n.º 13 do artigo 17.º da LEDP, na redação dada pela <u>Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro</u>);



- 2.3. Não é obrigatória a sua apreciação em Plenário ou em debate na Comissão (alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º e n.º 1 do artigo 24.º-A da LEDP), nem a publicação no Diário da Assembleia da República (alínea a), do n.º 1 do artigo 26.º da LEDP);
- 2.4. Não é obrigatória a audição dos peticionários perante a Comissão (n.º 1 do artigo 21.º da LEDP);
- **3.** Sugere-se ainda que, como providência julgada adequada, a Comissão pondere a remessa de cópia da petição e desta nota de admissibilidade aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes, nos termos do artigo 19.º da LEDP.

IV. Conclusão

- 1. A petição é de admitir.
- 2. Dado que tem 6 subscritores, não é obrigatória a nomeação de deputado relator e se não for nomeado, o processo de apreciação da petição fica concluído com a aprovação da nota de admissibilidade.
- 3. Sugere-se ainda que a petição e a nota de admissibilidade sejam enviadas aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes.

Palácio de S. Bento, 07 de janeiro de 2021

O assessor da Comissão

(Filipe Luís Xavier)



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

12.janeiro.2021

Aos doze dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

- Atas das reuniões:
 - 11 de novembro 2020 (audiência ao SNESUP, OE)
 - o 15 de dezembro 2020
 - o 21 de dezembro 2020
 - o 05 de janeiro de 2021 (Mesa e Coordenadores)
 - o 05 de janeiro de 2021 (Comissão)

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Iniciativas

- Projeto de Resolução 821/XIV/2.ª (BE) Pela abertura de um concurso adicional para os contratos de patrocínio do ensino artístico especializado.
- Projeto de Resolução 827/XIV/2.^a (Cristina Rodrigues (Ninsc)) Recomenda ao Governo o reforço e alargamento da Componente de Apoio à Família (CAF) ao 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e a sua adequação aos alunos com necessidades educativas especiais.
- Projeto de Resolução 832/XIV/2.ª (CDS-PP) Extensão da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e à educação inclusiva.
- Projeto de Lei n.º 624/XIV/2.ª (PAN) Estabelece mecanismos de compensação para docentes deslocados da residência no cumprimento do seu exercício profissional.

3.2. Plano de Atividades da Comissão

4. Audição do Ministro da Educação, nos termos do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h30



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

- 5. Apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 569/XIV (PEV) Cria o apoio de deslocalização a atribuir a professores
 - Deputado relator: Pedro Alves (PSD)
- 6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

<u>Projeto de Resolução 759/XIV/2.ª (PCP)</u> - Retoma da prática desportiva e normalização gradual das competições

<u>Projeto de Resolução 783/XIV/2.ª (PEV)</u> - Recomenda ao Governo medidas com vista à retoma da prática desportiva em contexto de pandemia

- 7. Discussão do <u>Projeto de Resolução 777/XIV/2.ª (BE)</u> Pela criação de um fundo de apoio ao associativismo juvenil
- 8. Discussão e votação do requerimento do PCP para uma Audição Pública da Confederação do Desporto de Portugal, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação de Treinadores e Federações Desportivas, seguida da audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, para recolher elementos sobre a situação vivida no Desporto e as medidas necessárias para salvar o setor
- 9. Apreciação e votação de admissibilidade de petições
 - <u>Petição n.º 164/XIV/2.ª</u> Psicólogos nos agrupamentos.
 - Baixou à 8.ª Comissão em 15-12-2020
 - Subscritores: 6
- 10. Outros assuntos
- 11. Data das próximas reuniões
 - 19 de janeiro
 - ✓ 10h00? 2.ª audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

26 de janeiro

√ 15h30 - Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2019

2 de fevereiro

✓ Audição de entidades do setor no âmbito da apreciação de iniciativas sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente deu conta de que tinha sido solicitado o adiamento do ponto 7 pelo PAN e da aprovação das atas de 11/11/2020 (audiência ao SNESUP) e das duas reuniões de 5 de janeiro (da Mesa e Coordenadores e da Comissão).

A proposta de Ordem do Dia, com as alterações referidas acima, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do PCP, do PAN e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do CDS-PP e da IL.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões de 15 e 21 de dezembro de 2020 foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do PCP, do PAN e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do CDS-PP e da IL.

A aprovação do relatório da reunião de 11 de novembro de 2020 (audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado) foi adiada, dado que não tinha sido distribuído o documento correto.

A aprovação das atas das duas reuniões de 5 de janeiro de 2021 (da Mesa e Coordenadores e da Comissão) foi adiada, a pedido do PS.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Iniciativas

O Presidente deu conta de que tinham baixado à Comissão os Projetos de Resolução abaixo referidos, tendo os Grupos Parlamentares respetivos solicitado a sua discussão nos termos seguintes:



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

- Projeto de Resolução 821/XIV/2.^a (BE) Pela abertura de um concurso adicional para os contratos de patrocínio do ensino artístico especializado – discussão na Comissão;
- Projeto de Resolução 827/XIV/2.ª (Cristina Rodrigues (Ninsc)) Recomenda ao Governo o reforço e alargamento da Componente de Apoio à Família (CAF) ao 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e a sua adequação aos alunos com necessidades educativas especiais discussão na Comissão;
- Projeto de Resolução 832/XIV/2.ª (CDS-PP) Extensão da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e à educação inclusiva discussão na Comissão.

Informou ainda que tinha baixado o Projeto de Lei n.º 624/XIV/2.a (PAN) - Estabelece mecanismos de compensação para docentes deslocados da residência no cumprimento do seu exercício profissional e que o mesmo estava já agendado para discussão na sessão plenária em 20/1/2021, pelo que, a haver parecer, o mesmo era distribuído ao PSD e deveria ser apreciado na reunião da Comissão do dia 19/1/2021. Nesta sequência, a Deputada Cláudia André (PSD) indicou como relatora a Deputada Gabriela Fonseca (PSD).

3.2. Plano de Atividades da Comissão

O Presidente da Comissão pediu que até ao dia 15/1/2020 remetessem contributos para a elaboração do plano de atividades da Comissão respeitante à 2.ª Sessão Legislativa. A Deputada Cláudia André (PSD) propôs que se adotasse um plano de atividades igual ao da 1.ª Sessão. Nesta sequência, o Presidente solicitou que ponderassem a matéria e remetessem os contributos que considerassem adequados, para se elaborar o plano de atividades para a 2.ª Sessão.

4. Audição do Ministro da Educação, nos termos do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h30

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Ministro da Educação, ao Secretário de Estado Adjunto e da Educação, à Secretária de Estado da Educação e ao Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Ministro da Educação fez uma intervenção inicial, apresentando as políticas e medidas desenvolvidas, particularmente no ano letivo que está a decorrer.

Intervieram na primeira ronda os Deputados Carla Madureira (PSD), António Cunha (PSD), Porfírio Silva (PS), Tiago Estevão Martins (PS), Miguel Costa Matos (PS), Joana Mortágua (BE), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN) e Mariana Silva (PEV) que apresentaram várias questões e observações, tendo o Ministro e os respetivos Secretários de Estado respondido.



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

Usaram da palavra na segunda ronda os Deputados Emídio Guerreiro (PSD), Carla Sousa (PS), Joana Mortágua (BE), Alma Rivera (PCP), Alexandre Poço (PSD), Elza Pais (PS), Alexandra Vieira (BE), Ilídia Quadrado (PSD), Telma Guerreiro (PS), Luís Monteiro (BE), Isabel Lopes (PSD), Palmira Maciel (PS), Gabriela Fonseca (PSD), Joaquina Matos (PS), Fernanda Velez (PSD), Olavo Câmara (PS), António Cunha (PSD), Duarte Marques (PSD) e Cláudia André (PSD), tendo os membros do Governo respondido em conjunto às questões.

A terminar, a Deputada Gabriela Fonseca (PSD) fez uma intervenção para defesa da honra, tendo o Ministro da Educação dado explicações em relação às expressões anteriormente proferidas.

A audição foi gravada em suporte vídeo, disponibilizado na <u>página da Comissão</u>, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

 Apreciação e votação do parecer do <u>Projeto de Lei n.º 569/XIV (PEV)</u> – Cria o apoio de deslocalização a atribuir a professores

Foi consensualizado adiar a apreciação do parecer, do Deputado Pedro Alves (PSD), para a reunião seguinte.

6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

<u>Projeto de Resolução 759/XIV/2.ª (PCP)</u> - Retoma da prática desportiva e normalização gradual das competições

<u>Projeto de Resolução 783/XIV/2.ª (PEV)</u> - Recomenda ao Governo medidas com vista à retoma da prática desportiva em contexto de pandemia

A gravação da discussão e votação, o relatório das mesmas e o texto final estão disponíveis nas iniciativas.

7. Discussão do <u>Projeto de Resolução 777/XIV/2.ª (BE)</u> - Pela criação de um fundo de apoio ao associativismo juvenil

Adiado a pedido do PAN.

8. Discussão e votação do requerimento do PCP para uma Audição Pública da Confederação do Desporto de Portugal, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação de Treinadores e Federações Desportivas, seguida da audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, para recolher elementos sobre a situação vivida no Desporto e as medidas necessárias para salvar o setor



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Alma Rivera (PCP) fez a apresentação do requerimento, tendo referido a situação das entidades do setor e justificado a importância de se ouvirem as organizações.

O Deputado Emídio Guerreiro (PSD) defendeu a importância de apoiar o setor e de se equacionar a prática regular do desporto, alertando para as consequências da falta do mesmo.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados presentes do PS, do PSD, do PCP, do PAN e do PEV, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do CDS-PP e da IL.

9. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

Apreciada a nota de admissibilidade da Petição n.º 164/XIV/2.ª - Psicólogos nos agrupamentos, com 6 subscritores, foi deliberado admitir a petição, não nomear Deputado relator, enviar cópia da petição e da referida nota aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes e considerar o processo de apreciação da petição concluído, ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição. A deliberação foi aprovada com os votos a favor dos Deputados presentes do PS, do PSD, do PCP, do PAN e do PEV, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do CDS-PP e da IL.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data das próximas reuniões

• 19 de janeiro

√ 10h00 - 2.ª audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

26 de janeiro

√ 15h30 - Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2019 - confirmada

2 de fevereiro

✓ Audição de entidades do setor no âmbito da apreciação de iniciativas sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário – a confirmar



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 20:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de janeiro 2021

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 19 de janeiro de 2021.



ATA NÚMERO 54/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura

Alexandre Poço

Ana Mesquita

Ana Rita Bessa

António Cunha

Bebiana Cunha

Carla Madureira

Carla Sousa

Cláudia André

Cristina Mendes da Silva

Firmino Marques

Ilídia Quadrado

Joana Mortágua

Lúcia Araújo Silva

Luís Leite Ramos

Luís Monteiro

Maria Begonha

Maria da Graça Reis

Maria Gabriela Fonseca

Maria Joaquina Matos

Mariana Silva

Martina Jesus

Porfírio Silva

Tiago Estevão Martins

Alexandra Vieira

Alma Rivera

Bruno Aragão

Duarte Marques

Eduardo Barroco de Melo

Elza Pais

Emídio Guerreiro

Fernanda Velez

Fernando José

Isabel Lopes

Joana Sá Pereira

Margarida Balseiro Lopes

Maria Germana Rocha

Miguel Matos

Olavo Câmara

Palmira Maciel

Sílvia Torres

Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Cotrim de Figueiredo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: